



Ofício nº 154/PROC

Lapa, 27 de novembro de 2014

Senhor Presidente:

Encaminho, para apreciação, Projeto de Lei nº 086/2014, que altera a lei municipal nº 2809/2014, criando o "Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública" e a "Coordenadoria de Igualdade de Gênero e Promoção à Cidadania" e dá outras providências.

Sem outro motivo, subscrevo-me.

Cordialmente


Leila Aubrift Klenk
Prefeita Municipal


JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO
(Dango Leonardi)
VEREADOR PRESIDENTE

Camara Municipal da Lapa

Protocolo 0000001969 / 2014 02/12/2014

Leila Aubrift Klenk

Ofício

MARILDA

14:04:32

Exmo. Sr.
JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta



PROJETO DE LEI Nº 086, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

Súmula: Altera a Lei 2809/2013, dispondo sobre a criação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública e suas atribuições na estrutura organizacional, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, apresenta à consideração da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º- Acrescenta as alíneas "c" e "d" no Inciso I do art. 13 da Lei 2809/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13 – São órgãos de assessoramento direto da Prefeita:

I – Gabinete da Prefeita, sendo-lhe subordinado:

- a) A Assessoria Especial de Coordenação e Apoio ao Gabinete;*
- b) O Departamento de coordenação Administrativa Operacional de Bombeiro Comunitário;*
- c) O Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública;*
- d) A Coordenadoria de Igualdade de Gênero e Promoção à Cidadania.*

Art. 2º – Fica extinto o Departamento de Direção do Centro da Juventude, integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Inclusão e Ação Social, revogando-se, portanto, a alínea "b", inciso IV do art. 3º da Lei nº 2280/2008.

Art. 3º - Acrescenta a subseção II na seção I do capítulo I do Título I da Lei 2809/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

Subseção II

Do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública.

Art. 20-A- O Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública, sigla GGI, é um fórum deliberativo e executivo, que opera por consenso, em regime de mútua cooperação e sem hierarquia, respeitando às autonomias de cada uma das instituições que o integram, composto por representantes do poder público das diversas esferas com atuação na área da segurança pública e das instituições representativas da sociedade civil organizada.

Parágrafo 1º - O GGI tem como premissa integrar sistematicamente os órgãos e instituições municipais atuantes na área de segurança pública, promovendo ações conjuntas com o objetivo de discutir, deliberar e executar as políticas



públicas com vistas à diminuição da criminalidade, prevenção às violências, à manutenção da paz social e a promoção dos direitos fundamentais.

Parágrafo 2º - São atribuições do GGI:

I - promover a interlocução técnica e permanente sobre a política pública de segurança no Município, envolvendo as diversas instituições, órgãos responsáveis e a sociedade, visando à prevenção da violência e redução da criminalidade de acordo com a Política Nacional de Segurança.

II - planejar, coordenar e acompanhar ações integradas de prevenção à violência, enfrentamento à criminalidade e fiscalização afeta ao poder de polícia da Administração Pública, nas áreas de atuação do Município, em função dos indicadores de violência e vulnerabilidade, priorizando as medidas de maior impacto perante o cenário municipal;

III - propor estratégias e metodologias de monitoramento dos resultados das ações integradas;

IV - tornar mais ágil e eficaz a comunicação entre os órgãos que o integram;

V - acompanhar a implementação dos projetos e políticas pertinentes as suas atividades, promovendo a avaliação quantitativa e qualitativa dos resultados obtidos e indicando, se for o caso, mecanismos para revisão das políticas públicas adotadas;

VI - propor, monitorar e avaliar a execução dos planos e projetos na área de segurança pública no Município;

VII - identificar demandas e eleger prioridades, com base em diagnósticos e demandas locais;

VIII - promover integração do município com as redes estadual e federal na área de segurança pública;

IX - difundir a filosofia de gestão integrada em segurança pública no Município;

X - contribuir para a reformulação e criação legislativa no campo da segurança pública local, no que couber;

XI - fomentar pesquisas, estudos e outros trabalhos científicos na área da segurança pública, no âmbito municipal;

XII - produzir relatórios que subsidiem a tomada de decisões, a partir das diferentes fontes de dados externas e internas.

Parágrafo 3º - O GGI tem como responsável o Secretário Executivo do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública, o qual se reporta ao Chefe do Executivo Municipal e supervisiona diretamente o Coordenador Técnico.

Parágrafo 4º - O Coordenador Técnico é responsável por realizar a organização e coordenação técnica e administrativa do GGI, devendo:

I - assessorar tecnicamente o Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública;



II - realizar a articulação das propostas do Município junto aos órgãos concedentes de recursos destinados à área de segurança pública no Município com vistas ao arranjo técnico às políticas locais;

III - dar suporte administrativo aos conselhos representativos e entidades de classe e sociedade em geral, em assuntos relacionados à política pública de segurança;

Parágrafo 5º - A Secretaria executiva será exercida pelo Secretário Municipal de Administração e a Coordenadoria Técnica será exercida pelo Diretor do Departamento Geral de Administração.

Parágrafo 6º - A normatização do funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública será definida em regimento específico, observado as diretrizes nacionais de Segurança Pública.

Art.4º- Acrescenta a alínea "f" no Inciso I do art. 27 da Lei 2809/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 27 - São Órgãos de Administração Geral de natureza Instrumental ou Órgãos-meio:

I – Secretaria Municipal de Administração, sendo-lhe subordinado:

- a) O Departamento de Recursos Humanos;*
- b) O Departamento de Serviços Gerais e Patrimônio;*
- c) O Departamento de Informática;*
- d) O Departamento de Compras, Licitações e Contratos;*
- e) O Departamento de Desenvolvimento de Pessoal;*
- f) O Departamento Geral de Administração.*

Art.5º - O Anexo único da Lei nº 2809/2013 passa a vigorar conforme redação anexa.

Art.6º - Fica revogada a Lei Municipal n.º 2301 de 29 de abril de 2009 e demais disposições contrárias.

Art.7º - Esta Lei entra vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, 27 de novembro de 2014.


LEILA AUBRIFT KLENK
Prefeita Municipal



ANEXO ÚNICO

CARGO/DENOMINAÇÃO	Nº DE VAGAS	SIMBOLOGIA
Secretário Municipal	09	Fixados pela Lei nº 2706/12, com as alterações promovidas pela Lei nº 2956/2014.
Procurador Geral	01	CC-1
Chefe de gabinete	01	CC-1
Assessor Especial da Chefe do Executivo para Assuntos Jurídicos	01	CC-2
Diretor Geral	05	CC-3
Coordenador Administrativo Operacional de Bombeiro Comunitário	01	CC-4
Diretor de Departamento	36	CC-4
Coordenador de Igualdade de Gênero e Promoção à Cidadania	01	CC-4
Assessor Especial de Coordenação e Apoio ao Gabinete	01	CC-5
Coordenador de Manutenção de Próprios Municipais	01	CC-6
Coordenador da Escola de Música	01	CC-6
Coordenador de Apoio e Incentivo ao Empreendedorismo	01	CC-6
Coordenador de Assistência Farmacêutica	01	CC-7
Coordenador da Banda de Música Municipal	01	CC-7
Coordenador de Artes	01	CC-7
Coordenador de Projetos Estratégicos	01	CC-7
Assessor Administrativo do Terminal Rodoviário	01	CC-7
Assessor Especial de Secretaria	13	CC-7
Assessor de Secretaria	22	CC-8

SIMBOLOGIA	VALOR
CC-1	O mesmo fixado pela lei nº 2809/2013, com as alterações promovidas pela Lei nº 2956/2014.
CC-2	R\$ 4.275,18
CC-3	R\$ 4.182,15
CC-4	R\$ 3.285,99
CC-5	R\$ 2.788,10
CC-6	R\$ 2.185,42
CC-7	R\$ 1.456,95
CC-8	R\$ 875,51

ho



JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 086, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Venho, por meio deste, submeter a essa Egrégia Câmara de Vereadores, o presente Projeto de Lei que tem por finalidade alterar a lei municipal nº 2809/2013, para o fim de criar, na estrutura do Gabinete da Prefeita: 1) A Coordenadoria de Igualdade de Gênero e Promoção à Cidadania e, 2) O Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública.

A presente proposição legislativa objetiva, também, dar cumprimento ao **Pacto Municipal pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher**, firmado em 26/11/2014 por representantes do Executivo Municipal; Legislativo Municipal; Poder Judiciário; Ministério Público; Conselho da Mulher da Lapa; Conselho da Comunidade da Comarca da Lapa; 1ª Cia. Independente de Polícia Militar; Delegacia de Polícia Civil da Lapa; Associação Comercial, Agropecuária e Industrial da Lapa; Associação Evangélica da Lapa e Igreja Católica na Lapa.

À Coordenadoria de Igualdade de Gênero e Promoção à Cidadania, órgão ligado diretamente ao Gabinete da Sra. Prefeita, incumbirá planejar e executar políticas permanentes que tenham como foco as minorias sociais, na busca da construção de condições para o pleno exercício da cidadania, bem como estabelecer programas e metas para o enfrentamento da violência de gênero.

Cumpre destacar, desde logo, que a criação do referido órgão não implicará aumento de despesas ao Executivo Municipal, haja vista que outro órgão de idêntica simbologia será extinto, caso ocorra a almejada aprovação deste. Ademais, com a criação do referido órgão, o Município da Lapa poderá postular recursos junto ao Governo Federal para custear os



programas desenvolvidos, especialmente junto à Secretaria de Política para Mulheres, da Presidência da República.

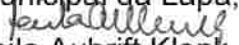
Ainda, o presente projeto de lei pretende a criação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública, órgão previsto nacionalmente pela Lei Federal nº 11707/2008, em conformidade com o Programa Nacional de Segurança Pública, e que tem como missão implantar e instrumentalizar o diálogo permanente entre os órgãos públicos e entidades sociais ligados à prevenção e enfrentamento à violência em nosso município.

A existência e funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública é condição para a obtenção, pelo Município da Lapa, de recursos junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, razão pela qual é imprescindível a aprovação do presente projeto de lei.

As alterações legislativas ora propostas, Senhores Vereadores, vêm ao encontro do grande anseio social por melhorias na segurança pública lapeana. O Poder Público Municipal, embora não tenha competência constitucional para a repressão ao crime, pode (e deve) atuar de forma preventiva, buscando sempre a diminuição da violência por meio de mecanismos de inclusão social e assistência. O Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública, se aprovado, constituirá uma importante ferramenta a serviço dos organismos de segurança pública que atuam em nosso município. Conjuntamente melhoraremos a segurança pública na Lapa.

Contando com vossa qualificada análise e ciente do intuito de cooperação, aguardo a aprovação deste pleito.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 27 de novembro de 2014.


Leila Aubrift Klenk
Prefeita Municipal



PACTO MUNICIPAL PELO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência contra a mulher no Brasil enseja muita preocupação. Conforme estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, o índice de feminicídio (morte de mulheres decorrentes de conflitos de gênero) aumentou entre 2001 e 2011, saltando de 5,41 por 100 mil mulheres para 5,43. Atualmente, uma mulher é morta no Brasil a cada hora e meia. A causa? Ser mulher.¹

A mesma pesquisa aponta que o Paraná é o 13º estado da federação com o maior índice de feminicídio (6,49 por 100 mil mulheres), número maior que a média nacional e de estados como Amapá, Acre, Piauí e Maranhão.

Na Lapa, o cenário não é diferente. Os registros de violência contra a mulher são muito comuns, a despeito de não existir um sistema eficaz de controle e registro de tais ocorrências, especialmente porque muitos deles sequer são comunicados aos órgãos de polícia ou ao Judiciário.

Sendo assim, é necessário a união de forças para, num trabalho sério e comprometido, combater a violência contra as mulheres em nosso município.

Considerando, portanto, a situação fática localmente vivenciada e a necessidade de cooperação mútua entre todos os sujeitos envolvidos nos processos de prevenção, repressão e assistência social relacionados aos casos de violência contra a mulher, os órgãos institucionais e da sociedade civil organizada a seguir nominados, sensíveis aos problemas enfrentados pelas mulheres lapeanas e atendendo ao apelo do Poder Executivo Municipal, observadas as competências legais, resolvem, no Dia Internacional de

¹ GARCIA, Leila Posenato. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf>. Acesso em: 19 de novembro de 2014.



Combate à Violência Contra a Mulher, de 2014, firmar o presente **PACTO MUNICIPAL PELO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**, de natureza colaborativa, com a finalidade de estabelecer atuação conjunta no enfrentamento à violência contra a mulher, a fim de assegurar-lhe a integridade física, psicológica, moral, patrimonial e sexual.

Com o escopo acima definido, os subscritores do presente documento se comprometem a envidar todos os esforços necessários para a consecução dos dez objetivos a seguir estabelecidos, conforme as competências legais e regimentais de cada órgão ou entidade:

1. Atuação preventiva em relação aos crimes de violência contra a mulher, mediante a identificação de casos de violência antes do agravamento da situação;
2. Criação de um órgão administrativo municipal incumbido de, em observância à Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, desenvolver política permanente para mulheres e de coordenar as ações conjuntas previstas no presente documento, sem hierarquização;
3. Prestação, pelo Executivo Municipal, sem prejuízo de parcerias com entidades da sociedade civil organizada e representativas de classes, de assessoria jurídica para as mulheres vítimas de violência;
4. Captação de recursos dos governos federal e estadual para a execução de projetos ligados à violência de gênero;
5. Prestação de serviços de saúde, assistência social e psicológica às mulheres vítimas de violência, com encaminhamento para serviços de maior complexidade nas situações de violência sexual, conforme Linha Guia da Secretaria Estadual de Saúde e norma técnica do Ministério da Saúde;



6. Promoção e apoio a campanhas educativas acerca dos direitos das mulheres, fortalecendo-as para o rompimento do ciclo de violência, incentivando a denúncia de casos e buscando desestimular a prática de tais crimes;
7. Intercâmbio de informações relacionadas às vítimas e agressores ligados à violência contra a mulher, desde que não estejam protegidos pelo segredo de justiça, com vistas, especialmente, ao êxito das medidas de assistência social e da persecução criminal;
8. Priorização dos processos administrativos e judiciais cujas vítimas sejam mulheres, a fim de imprimir rápida tramitação e possibilitar finalização dos mesmos no menor intervalo de tempo possível;
9. Disseminar amplamente a utilização da ficha de notificação, instituída pelo Ministério da Saúde, de forma a alimentar um único banco de dados, coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde, apto a receber informações e emitir relatórios a todos os subscritores do presente Pacto;
10. Atuação conjunta de todos os órgãos e entidades que subscrevem o presente documento, mediante o atendimento com presteza de todas as demandas apresentadas por quaisquer órgãos ou entidades que firmam o presente documento, inclusive quando relacionadas à participação em reuniões e debates sobre o tema, desde que convidadas com razoável antecedência.

Por estarem de acordo com o presente documento e imbuídos da mais pura intenção de assegurar cumprimento a cada um dos dez objetivos acima definidos, de forma cooperada e nos limites das competências de cada órgão ou entidade, firmam o presente. *Mo*



PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA | PARANÁ
CNPJ - 76.020.452/0001-05
PRAÇA MIRAZINHA BRAGA 87 - CENTRO
CEP 83750-000 - (41) 3547-8000
www.lapa.pr.gov.br

Em Lapa, Estado do Paraná, 25 de novembro de 2014, Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher.

EXECUTIVO MUNICIPAL

LEGISLATIVO MUNICIPAL

PODER JUDICIÁRIO DA COMARCA DA LAPA

MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DA LAPA

CONSELHO MUNICIPAL DA MULHER

CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DA LAPA

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DA LAPA

1ª CIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA MILITAR DA LAPA

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DA LAPA

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA DA LAPA

IGREJA CATÓLICA DA LAPA

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SUBSEÇÃO LAPA-PR

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Gabinete do Secretário

administracao@lapa.pr.gov.br | 41 3547.8062 | BARÃO DO RIO BRANCO, 1709